

MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO URBANO DO BAIRRO DE JARDIM DA PENHA - VITÓRIA/ES: UM ESTUDO DE HISTÓRIA LOCAL *

Vitor Amorim de Angelo ** - PPG-UFSCar

Introdução

“Iluminação pública, nem pensar. Os moradores costumavam sair de casa ao entardecer com lanternas para enxergar o caminho. O caminho até a praia era uma pequena trilha [...], um quilômetro de restinga, barro e areia a serem vencidos. E era perigoso. A região, usada para desova de cadáveres. As pessoas andavam em grupos. Havia também muita poeira – ou muita lama, quando chovia. Os moradores tinham o costume de sair de casa de chinelo e levar os sapatos na mão, para trocá-los dentro do ônibus”¹.

Assim era o bairro de Jardim da Penha há pouco mais de trinta anos atrás: uma região caracterizada pela mais absoluta ausência de infra-estrutura urbana e pelo fato de não possuir qualquer tipo de relação com o dia-a-dia da cidade, naquela época, ainda bastante restrito à parte insular de Vitória. Foi nesse contexto retratado pelo trecho acima que se formou no bairro um movimento reivindicatório de caráter urbano que reuniu os moradores para exigir do poder público o atendimento às demandas apresentadas.

A institucionalização desse movimento, entretanto, só ocorreu em 1984, quando foi criada a Associação de Moradores de Jardim da Penha (AMJAP). Dentre os grupos que atuaram ativamente em favor da organização da AMJAP, o de maior influência, foi, sem dúvida alguma, aquele formado pelos militantes da Democracia Socialista (DS), uma facção política de origem trotskista fundada no final dos anos 1970 e que atualmente é uma das correntes internas do Partido dos Trabalhadores (PT).

Mas além da presença marcante da DS na formação e consolidação da AMJAP, um dos fenômenos mais evidentes a respeito do movimento reivindicatório local é a desmobilização popular que vêm caracterizando as atividades da Associação desde o início da década de 1990. Até que ponto esse grupo político contribuiu para o fenômeno observado? É a partir dessa questão que buscaremos verificar, a seguir, como a falta de um

projeto de politização dos moradores por parte da DS foi determinante para a desmobilização verificada nos últimos quinze anos.

A ocupação de Jardim da Penha

A primeira tentativa de ocupação de Jardim da Penha aconteceu já em 1928, quando um empresário da cidade, baseado na perspectiva de que o local se transformaria num aprazível balneário, fundou um jornal para divulgar os lotes comercializados por sua imobiliária na região. Em 1952, as proprietárias do terreno encomendaram o arruamento e loteamento da área para viabilizar a venda de terras urbanas, mas assim como na tentativa inicial, o projeto também fracassou, dessa vez, pela inexistência de uma infra-estrutura mínima que atraísse moradores para o bairro².

A efetiva ocupação de Jardim da Penha ocorreu somente em 1969, quando foi construído um conjunto de pouco mais de cem casas no bairro. No início da década seguinte, o Instituto de Cooperativas Habitacionais do Espírito Santo, financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), construiu 91 edifícios destinados a trabalhadores cuja renda familiar variava entre três e meio e oito salários mínimos, o que acabou atraindo um número maior de pessoas para a região³.

Mas o adensamento populacional do bairro não foi acompanhado por melhorias urbanas, e, dessa forma, permaneceu até o final dos anos 1980 com quase todos os problemas relatados no início. Somente com a chegada de novos moradores – desta vez, com maior poder aquisitivo – e a pressão do setor imobiliário para que a Prefeitura desse início à urbanização de Jardim da Penha é que o bairro teve seu perfil alterado⁴.

A organização da AMJAP

A iniciativa de criar uma associação de moradores do bairro partiu do próprio BNH, que, na época da construção dos conjuntos residenciais financiados pelo Banco, delegou a

responsabilidade deste projeto a uma de suas assistentes sociais. Como as assembléias se limitaram às reuniões dos condomínios que existiam na época, a tentativa acabou não prosperando. Depois disso, outros grupos também buscaram reunir a população em torno de uma entidade que pudesse reivindicar melhorias para o bairro, mas nenhum deles obteve sucesso⁵.

Qual fator, então, foi decisivo para a organização da AMJAP naquele ano? Em agosto de 1984, o BNH comunicou aos mutuários do Banco que iria aumentar o valor das prestações, o que gerou grande insatisfação entre os moradores de Jardim da Penha, já que muitos deles tinham imóveis financiados pela instituição. Numa assembléia marcada para discutir o assunto surgiu a proposta de criar a Associação, tendo em vista que a questão do BNH não era o único problema que existia. Assim, no dia 24 de setembro, a AMJAP foi formalmente criada e sua primeira diretoria escolhida, com mandato provisório de seis meses⁶.

O presidente eleito foi o jornalista Otaviano Rodrigues de Carvalho, que havia chegado de Minas Gerais pouco tempo antes. De acordo com a explicação de um dos entrevistados na pesquisa⁷, Otaviano de Carvalho tinha se mudado para Vitória com o objetivo de organizar, no Espírito Santo, a DS – facção política da qual ele fazia parte.

“Então a mobilização surge aqui, principalmente com a vinda do companheiro Otaviano de Carvalho, que veio de Minas pra cá pra ajudar a construir o Partido, a organização política dele”⁸.

Uma das primeiras medidas tomadas pela diretoria provisória foi a realização de uma pesquisa entre os moradores para detectar quais eram os principais problemas do bairro⁹. Foi com base nos resultados que a chapa única concorrente à eleição marcada para o dia 23 de março de 1985 – cujo candidato à presidente era, mais uma vez, Otaviano de Carvalho – elaborou suas propostas. Conseqüentemente, a maior parte dos projetos apresentados ficaram restritos aos problemas específicos de Jardim da Penha que haviam sido destacados na pesquisa.

Entretanto, a chapa tinha entre suas promessas um conjunto de ações a serem implementadas, que não se limitavam aos problemas do bairro, denominadas de *propostas políticas*¹⁰. É evidente, então, que o objetivo inicial do grupo político dominante na AMJAP, liderado por Otaviano de Carvalho, foi envolver os moradores em debates mais amplos – característica que apontada por Jacobi em sua análise a respeito dos movimentos sociais urbanos dos anos 1970-80. De acordo com o autor, a articulação entre militantes políticos e organizações de bairro se propuseram “[...] como mais políticas, na medida em que os pressupostos de ação transcendem as reivindicações locais”¹¹.

Contudo, ainda que inicialmente este grupo propusesse envolver a AMJAP em questões que não se limitavam às demandas específicas de Jardim da Penha, o que se percebeu foi que, aos poucos, essa diretriz foi abandonada e a maior parte das atividades da Associação passou a se concentrar exclusivamente no bairro. A princípio, dois fatores destacados por Jacobi poderiam explicar essa mudança: (1) o caráter imediatista dos movimentos reivindicatórios e (2) o alto nível de despolitização de seus participantes¹². No caso específico de Jardim da Penha, em que medida estes aspectos estavam presentes? Qual foi a participação da DS nesta reorientação? E qual seu objetivo ao fazê-la?

Mobilização e refluxo do movimento reivindicatório local

A fundação da AMJAP, no início dos anos 1980, aconteceu num contexto bastante favorável à mobilização popular, pois a quantidade de problemas que existiam no bairro “predispunham” os moradores a tentar solucioná-los. Por isso, a atuação da DS em Jardim da Penha foi favorecida pelo fato de sua chegada à região, através de Otaviano de Carvalho, ter acontecido neste ambiente *pró-reivindicação*. O ex-presidente da AMJAP, então, aproveitou-se deste contexto favorável para ajudar na criação da entidade e, ao mesmo tempo, fortalecer a presença do seu grupo político em Jardim da Penha.

“Ele [Otaviano de Carvalho] já veio [para o bairro] como petista. Trabalhou na fundação do Partido aqui na região de Jardim da Penha. Ele já entrou no

movimento popular como petista. *Acredito que ele tenha vindo articular um movimento social aqui pra fortalecimento e divulgação do PT*”¹³.

Conforme relatou um dos entrevistados, as principais estratégias de mobilização popular utilizadas pela AMJAP em seu período inicial foram a realização de assembleias nas praças do bairro e a distribuição de panfletos, quase sempre escritos pelos próprios diretores da Associação.

*“Um bom carro de som, [...], um bom panfleto, um bom panfleto. Não quer dizer um panfleto caro, não. Um panfleto chamando pra luta. A militância na rua panfletando. Sempre foi os diretores da Associação que panfletavam”*¹⁴.

*“E a gente acordando de madrugada, muitas vezes, pra fazer panfletagem nos pontos de ônibus, nos sinais de trânsito, e na feirinha de Jardim da Penha”*¹⁵.

Entretanto, a mobilização não foi acompanhada por um projeto de politização dos moradores por parte da DS, o que poderia ter mantido o envolvimento da população em outras reivindicações, mesmo depois que os problemas do bairro já tivessem sido solucionados. Na verdade, o que aconteceu foi que o grupo liderado por Otaviano de Carvalho se apropriou do bônus político das vitórias alcançadas pela AMJAP ao longo da década de 1980 e formou uma sólida base eleitoral para a DS e o PT, que permaneceu mesmo depois de o movimento reivindicatório local ter passado por um processo de refluxo.

Prova disso é que, já em 1988, Otaviano de Carvalho foi eleito vereador da cidade de Vitória com o apoio maciço dos moradores de Jardim Penha¹⁶. O processo de desmobilização popular, entretanto, não diminuiu a influência da DS no bairro, porque há apenas cinco anos, um outro ex-presidente da AMJAP e membro do grupo, Antônio Alexandre dos Passos Souza, também foi eleito vereador da capital. Em sua reeleição, no ano passado, por exemplo, Alexandre Passos obteve cerca de 4 mil votos, dos quais cerca 45% foram provenientes de Jardim da Penha¹⁷, o que evidencia a influência da DS na região.

Mas como o DS conseguiu o apoio dos moradores para seus candidatos? Uma das maneiras encontradas pelo grupo para formar sua base política em Jardim da Penha foi a ampla utilização da figura do *vereador de bairro*. Em momentos distintos, a imagem dos

líderes da Associação – quase sempre ligados ao PT e, especificamente, à DS – foi vinculada ao que se poderia considerar um bom vereador: aquele que conhece os problemas específicos da região e pode atuar em favor de seus moradores.

Através de Otaviano de Carvalho, esse grupo político também influenciou o perfil assumido pela Associação nos seus primeiros anos de atividade, conforme observação feita por um dos entrevistados. Ainda que na organização da AMJAP estivessem presentes outros grupos, como é o caso da Igreja Católica, foi o ex-vereador quem determinou a postura assumida pela Associação, utilizando-se da sua própria experiência como militante e do seu perfil político.

“[...]aquela característica que a Associação tomou é a cara dele [Otaviano de Carvalho]. Então, talvez, se a Associação de Moradores tivesse outro presidente no início dela, a Associação não teria ido pro caminho que foi, eu acho que teria, talvez, sido uma associação burocrática, pelega. E não foi. Ele delineou um perfil na Associação [...]. Ele tinha esse perfil, que era muito dele. Cada um tem o seu, seu modo de agir e tal. Mas era baseado na...a lógica que ele trabalhava na política era a lógica marxista-leninista. Ele era um militante orgânico marxista-leninista na sua essência”¹⁸.

Apesar disso, não existiu nenhuma tentativa de politizar os moradores do bairro ao mesmo tempo em que as reivindicações eram feitas, como já dissemos anteriormente. Na verdade, a presença do grupo liderado por Otaviano de Carvalho em Jardim da Penha resultou muito mais no seu crescimento numérico e na formação de uma sólida base eleitoral do que em uma tentativa de se difundir amplamente a concepção política da DS. Portanto, o que aconteceu, foi uma simples aproximação junto a algumas lideranças que demonstraram simpatia pelas idéias do grupo ou pelo próprio Otaviano de Carvalho.

“Ele fazia uma mobilização dos moradores, e se ali dentro ele identificasse alguém que pudesse ser aliado ideológico dele, com certeza ele ia buscar esse morador para ser militante orgânico da DS. [...] Ele fez isso com vários moradores”¹⁹.

Diferentemente do que ocorre hoje em dia, a entrada na DS pressupunha uma espécie de estágio a ser realizado pelo futuro militante, para que ele pudesse conhecer

melhor as concepções políticas da organização e ter uma formação ideológica mais consistente.

“Pra ser militante orgânico da DS, não era nem DS, era ORM-DS [Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista], na época, você *tinha quase que passar por um estágio*. Você, antes de ser um militante orgânico, você *tinha que fazer um processo de aproximação, de discussão política, de leituras de livros*”²⁰.

Logo, ao considerarmos que o número de militantes da DS aumentou nos 1980 em Jardim da Penha, que esses militantes tinham uma formação ideológica mínima a partir do *estágio* realizado, e que as características políticas de Otaviano de Carvalho haviam influenciado o perfil assumido pela AMJAP, é, no mínimo, surpreendente, que não tenha existido qualquer tentativa de politizar os moradores. Essa foi, ao nosso ver, a principal causa do refluxo do movimento reivindicatório do bairro e da burocratização das reivindicações.

Neste novo contexto, característico dos últimos quinze anos, a liderança da DS no bairro teve que se adaptar às novas circunstâncias para manter sua base eleitoral. Para tanto, foi necessária uma mudança no próprio discurso político de Alexandre Passos, principal líder do grupo em Jardim da Penha e herdeiro político de Otaviano de Carvalho depois de sua morte, em 1999. Podemos afirmar, então, que o primeiro mandato do vereador (2000-2004)²¹ foi caracterizado muito mais pelo perfil de *prestador de serviços* do que por um instrumento efetivo de mobilização popular.

Conclusão

A partir dos pressupostos iniciais de que (1) o alcance dos objetivos imediatos dos movimentos reivindicatórios urbanos representa o fim de sua mobilização e (2) que é função do partido socialista auxiliar na organização do proletariado em classe, consideramos que a falta de um projeto de politização dos moradores de Jardim da Penha por parte da DS foi a principal causa para o refluxo característico dos últimos quinze anos. A existência desse

projeto poderia fazer com que a população do bairro ultrapassasse o caráter imediatista do movimento e contribuir para aumentar o nível de politização dos seus participantes.

Porém, o que aconteceu foi que a atuação da DS no bairro resultou na formação de uma sólida base eleitoral do grupo em Jardim da Penha, que permaneceu até hoje. No contexto pró-reivindicação da década de 1980, essa influência foi consolidada a partir da vinculação da imagem dos principais líderes da DS às vitórias da própria Associação. Nos anos 1990, com o refluxo do movimento reivindicatório, foi necessária uma mudança no discurso político da principal liderança do grupo no bairro, o vereador Alexandre Passos, para que essa base permanecesse inalterada.

* Este texto é um resumo dos resultados finais da pesquisa intitulada *Em torno das lutas: mobilização e politização no movimento reivindicatório urbano de Jardim da Penha – Vitória/ES*, realizada no Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sob orientação do Prof. Dr. André Ricardo Valle Vasco Pereira.

** Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

¹ CURRY, Andréa. **Jardim da Penha**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2001, p.11.

² CURRY, 2001.

³ NEVES, Luiz Guilherme Santos. O programa de cooperativas habitacionais no Espírito Santo. In: **A casa edificada**. Vitória: INOCOOP-ES, 1998.

⁴ MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **(Trans)formação planejada de territórios em Vitória (ES): o bairro Camburi**. São Paulo: FAU-USP, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo.

⁵ PINTO, Graciande Pereira; BERNARDINA, Rodolpho Luiz Dalla. **A associação de moradores como espaço de participação: a experiência de Jardim da Penha**. Vitória: UFES, 1999. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Espírito Santo.

⁶ AMJAP. Associação de Moradores de Jardim da Penha. **Boletim da AMJAP – Especial de fundação**, out./1984. Vitória, 1984.

⁷ O nome dos entrevistados foi substituído por um pseudônimo.

⁸ SOUZA, Luiz Antônio de. **Entrevista concedida a Vitor Amorim de Angelo**, Vitória, 11 nov./2004.

⁹ AMJAP. Associação de Moradores de Jardim da Penha. **Jornal da AMJAP**, ano I, n. 1, jan./fev./1985. Vitória, 1985a.

¹⁰ AMJAP. Associação de Moradores de Jardim da Penha. **Panfleto de divulgação das propostas da chapa única concorrente à diretoria da AMJAP nas eleições de 1985**. Vitória, 1985b.

¹¹ JACOBI, Pedro. Atores sociais e Estado: movimentos reivindicatórios urbanos e Estado – dimensões da ação coletiva e efeitos político-institucionais no Brasil. In: **Revista Espaço & Debates**, ano IX, n. 26. São Paulo: Cortez, 1989, p.13.

¹² JACOBI, 1989.

¹³ FERREIRA, Rubens. **Entrevista concedida a Vitor Amorim de Angelo**, Vitória, 10 set./2004.

¹⁴ LEMOS, André. **Entrevista concedida a Vitor Amorim de Angelo**, Vitória, 11 nov./2004.

¹⁵ LEMOS, 2004.

¹⁶ Em 1992, Otaviano de Carvalho foi reeleito vereador, tendo permanecido na Câmara Municipal de Vitória até 1996, quando se candidatou ao cargo de prefeito, para o qual não foi eleito. No início do ano seguinte, o ex-presidente da AMJAP assumiu uma das vagas de deputado estadual na Assembléia Legislativa do Espírito Santo.

¹⁷ TRE-ES. Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo. **Eleições 2004 – Resultado de candidato por local**. Vitória: Secretaria de Informática do TRE-ES, 2004.

¹⁸ LEMOS, 2004.

¹⁹ LEMOS, 2004.

²⁰ LEMOS, 2004.

²¹ Os apontamentos feitos neste texto se referem exclusivamente ao período 1984-2004 e não compreendem, portanto, o segundo mandato do vereador Alexandre Passos, iniciado em 1º de janeiro deste ano.